

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 468 - Brasília, quinta-feira, 22 de maio de 1997



No plenário, 20 senadores se manifestaram antes da votação da emenda, que não contou com os integrantes do Bloco Oposição

Senado aprova emenda da reeleição por 63 votos a seis

Plenário rejeita referendo e desincompatibilização de governadores e prefeitos. Para que seja promulgada, proposta deverá ser votada em segundo turno, em 4 de junho

Fim do monopólio do petróleo tem aprovação da CCJ

O projeto que prevê a quebra do monopólio do petróleo foi aprovado ontem pela CCJ. A matéria será analisada por mais duas comissões antes de chegar ao plenário. **Página 7**

Iris recebe homenagens ao despedir-se

Mais de 20 senadores homenagearam ontem Iris Rezende, que se despediu para assumir o Ministério da Justiça. Iris disse que espera contar com o apoio do Congresso. **Página 6**

CPI dos Precatórios terá mais 35 dias para investigar

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), entrega hoje à Mesa Diretora do Senado documento assinado por 33 senadores apoiando a prorrogação, por 35 dias úteis, a partir de 6 de junho, dos trabalhos da comissão. Com isso, caso haja convocação extraordinária do Legislativo, a CPI encerrará os trabalhos em julho; não havendo convocação, só em agosto.

O relator Roberto Requião (PMDB-PR) alega ser necessária a prorrogação para dar

tempo ao Banco Central de enviar vários documentos que faltam para a conclusão das investigações. Nesse período, a CPI ouvirá também os administradores públicos que emitiram títulos supostamente sem necessidade, como os governadores Paulo Afonso, de Santa Catarina, e Miguel Arraes, de Pernambuco. Em plenário, Cabral comunicou que a audiência destinada a ouvir senadores que relataram projetos de emissão de títulos ficou adiada para a semana que vem.

Com 63 votos a favor e seis contra, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda constitucional que institui a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. O Bloco Oposição não votou.

Foi rejeitada a emenda do senador Pedro Simon, que previa a realização de referendo popular à proposta de reeleição, assim como o destaque para votação em separado de proposta de Lucídio Portella estabelecendo a desincompatibilização para prefeitos e governadores.

Para que seja promulgada, a emenda deverá ser aprovada em segundo turno, que tem votação marcada para 4 de junho. **Páginas 4 e 5**

Odacir elogia campanha para saúde do gado



Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO), ao traçar um perfil da agropecuária em seu estado, elogiou a campanha "Gado Sadio", promovida pelo governo Valdir Raupp, para que a população seja servida com carne e leite de qualidade e que os produtores possam exportar o excedente até mesmo para outros países.

Odacir Soares informou que a campanha, iniciada este mês, é um esforço conjunto da Secretaria de Agricultura, da Delegacia Federal da Agricultura, da Embrapa, da Emater, da Ceplac, da Federação da Agricultura de Rondônia, laticínios, frigoríficos, estabelecimentos de produtos veterinários e prefeituras, nos 52 municípios do estado.

Odacir Soares informou que a campanha, iniciada este mês, é um esforço conjunto da Secretaria de Agricultura, da Delegacia Federal da Agricultura, da Embrapa, da Emater, da Ceplac, da Federação da Agricultura de Rondônia, laticínios, frigoríficos, estabelecimentos de produtos veterinários e prefeituras, nos 52 municípios do estado.

Benedita quer viabilizar II Conferência Nacional de Assistência Social

Ao lembrar o Dia do Assistente Social, comemorado no último dia 15, a senadora Benedita da Silva apelou ontem ao ministro da Previdência para que viabilize a realização da II Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro.

Segundo Benedita, a cada dois anos o Executivo convoca a conferência para propor diretrizes à Política Nacional de Assistência Social e, apesar de estar em curso a organização de sua segunda edição, o evento



Benedita

corre o risco de ser adiado por mais dois anos, pois o governo alega pouco tempo para a avaliação do que foi encaminhado.

Conforme a senadora, dois anos após o processo de descentralização da assistência social, graves problemas persistem, como os atrasos no repasse de recursos às instituições prestadoras de serviços sociais e os valores irrisórios para a manutenção de creches, asilos e programas para portadores de deficiência.

Biblioteca lança obra de escritora gaúcha

A Biblioteca do Senado Federal estará promovendo hoje, às 18h, o lançamento do livro *A Superfície das Águas*, da es-

critora gaúcha Hilda Simões Lopes. A obra foi editada pelo Instituto Estadual do Livro - Sedac - RS.

Parga registra lançamento de livro de Sarney

O senador Bello Parga (PFL-MA) registrou o lançamento, pelas edições Hachette, da França, do romance



Bello Parga

O Bello Parga, Dono do Mar, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP). Conforme garantiu, a obra "obteve o justo aplauso da crítica e o reconhecimento do público leitor daquele país" e prova que as apreciações depreciativas feitas ao livro no Brasil foram "civadas de sectarismo e ditadas pela estreiteza de espírito".

Na opinião de Bello Parga, José Sarney dignifica o Senado "ao elevar a literatura brasileira atual ao reconhecimento de outro país, a França, berço das maiores expressões literárias e artísticas da humanidade".

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Participa da posse do senador Iris Rezende no cargo de ministro da Justiça e do deputado Eliseu Padilha no cargo de ministro dos Transportes. *Salão Nobre do Palácio do Planalto*

11h - Participa da solenidade comemorativa do "Dia da Indústria". *Audiotório da CNI - SBN Quadra 1 - Bloco "C" - Ed. Roberto Simonsen*

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

16h - Participa da posse dos ministros José Celso de Mello Filho e Carlos Mário da Silva Velloso na presidência e vice-presidência do Supremo Tribunal Federal - STF, respectivamente. *Plenário do STF*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

Pauta: Exposição do presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - Anfp, Álvaro Solon de França; do presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp, Nelson Pedro Rogieri; e do diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap, Rui Brito de Oliveira Pedrosa sobre a *"PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa"*

10h - Comissão Temporária do Desenvolvimento da Amazônia
Pauta: Exposição do superintendente da Sudam, José Guedes Tourinho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Requerimento do deputado Sérgio Miranda solicitando que o

Tribunal de Contas da União - TCU realize auditoria no Ministério dos Transportes; requerimento do deputado João Fassarella solicitando que o Ministério dos Transportes informe acerca dos recursos destinados à fiscalização das rodovias privatizadas; requerimento do deputado Giovanni Queiroz solicitando a criação da Subcomissão Temporária de Fiscalização e Controle; e requerimento do deputado João Fassarella que convide representantes de órgãos federais para debater a LDO/98 em audiência pública. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1551-22/97, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h30 - MP nº 1553-15/97, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - MP nº 1555-10/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - MP nº 1556-10/97, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

16h - MP nº 1558-7/97, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082/95, dos arts. 34, 35 e parágrafo 4º do art. 53 da Lei nº 9.293/96, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

16h30 - MP nº 1574/97, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

Novos municípios têm eleição este ano

Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores das cidades emancipadas nos oito primeiros meses de 96 serão escolhidos em 15 de novembro e mandatos coincidirão com os dos eleitos no ano passado

O Senado aprovou ontem à noite projeto de lei, oriundo da Câmara, determinando que se realizarão no dia 15 de novembro deste ano as eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios criados entre 31 de dezembro de 1995 e 31 de agosto de 1996. A posse desses eleitos será no dia 1º de janeiro de 1998. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A idéia é que o mandato desses eleitos coincida com o dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos demais municípios, eleitos em 3 de outubro de 1996. Dessa forma, todos esses mandatos se encerrarão em 31 de dezembro do ano



José Fogaça

2000. Para concorrer a essas eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral no município e estar com sua filiação deferida pelo respectivo partido até quatro meses antes do pleito.

E somente poderão votar nessas eleições os eleitores dos respectivos municípios inscri-

tos até 90 dias antes da data do pleito. A escolha dos candidatos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas entre 1º e 30 de julho de 1997. E os partidos solicitarão à Justiça Eleitoral o registro dos seus candidatos até as 19 horas do dia 5 de agosto de 1997.

O projeto aprovado prevê também que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso, por solicitação do Judiciário, crédito adicional para atendimento das despesas relativas à efetivação dessas eleições. O relator da matéria foi o senador José Fogaça (PMDB-RS), que louvou a idéia de se equiparar esses municípios recém-criados aos demais.

Plenário aprova rolagem de dívida da prefeitura de SP

O plenário do Senado autorizou a prefeitura de São Paulo a emitir títulos, no valor de R\$ 358,6 milhões, para rolar 98% da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 97. A dívida refere-se a títulos emitidos em 92 e 93, para pagamento de precatórios judiciais. A prefeitura paulistana deverá rolar as dívidas em três anos, conforme projeto de resolução aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Duas emendas foram apresentadas em plenário. Uma, do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), estendendo o prazo de resgate de três para cinco anos; e a outra, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), reduzindo esse prazo para dois anos. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), inicialmente recomendou a aprovação apenas da emenda de Requião.

Gilberto Miranda contestou cálculos de Suplicy indicando que apenas 23,7% da dívida a ser rolada teriam sido efetivamente utilizados no pagamento de precatórios, e desafiou o senador petista a abdicar de sua imunidade parlamentar.

Suplicy aceitou o desafio e disse que "não precisa de imunidade para atestar a verdade". Atendendo a apelo do senador José Serra (PSDB-SP), pela manutenção da decisão da CAE, Suplicy acabou por refazer seu relatório em plenário e recomendar a rejeição das emendas de Miranda e de Requião. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Esperidião Amin (PPB-SC) também intercederam em favor da decisão da CAE. O senador Romero Jucá (PFL-RR) registrou o único voto contrário.

Campos propõe cobrar Imposto de Renda nas indenizações trabalhistas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto que exclui da isenção do Imposto de Renda as indenizações por demissão ou rescisão de contrato de trabalho, à exceção de valores recebidos a título de aviso prévio ou referentes ao FGTS. O objetivo é igualar o tratamento dado a esses rendimentos às demais parcelas de renda obtidas pelo trabalho assalariado, segundo argumenta.

Júlio Campos afirmou que a diferenciação hoje existente é injustificada e tem servido à



Júlio Campos

evasão de receitas tributárias, pois "diversas empresas preferem remeter a acordos judiciais o pagamento da indenização, nos quais, sob um mesmo mandato conceitual, abrigam crédi-

tos diversos, regularizando o que esteve irregular durante a vigência da relação de emprego e fugindo da responsabilidade pelas retenções devidas à Receita Federal".

Segundo o senador, o fim da isenção atingirá principalmente as indenizações de grande vulto econômico, não surtindo efeito para trabalhadores de baixa renda. Ele lembrou que os empregados com altos salários e recebimentos indiretos diversos, por outro lado, devem contribuir com a parcela devida.

Vereadores elogiam ACM e *Jornal do Senado*

O presidente da Câmara de Vereadores do município de Taquaritinga (SP), Wilson Abdalla Mansur Zaquia, comunicou ao gabinete da presidência do Senado que

aquela casa aprovou, no último dia 6, moção de congratulações ao senador Antonio Carlos Magalhães pela sua investidura no cargo de presidente do Congresso Nacional,

e ao *Jornal do Senado*, que "mostra as atividades e o trabalho incansável dos senadores, para que todas as câmaras municipais desse imenso Brasil tomem conhecimento".

REELEIÇÃO

Emenda é aprovada por 63 votos a seis

Segundo turno será no dia 4 de junho. Prefeitos, governadores e presidente não terão de deixar o governo para se candidatar, de acordo com relator. Eleições cairão no domingo

Depois de três horas de debate, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda constitucional que institui a reeleição no Brasil para presidente, governadores e prefeitos. A proposta recebeu 63 votos favoráveis e seis contra.

O Bloco Oposição, em obstrução, não votou, exceto o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que se manifestou contra. Votaram ainda contra os senadores Lucídio Portella (PPB-PI), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Josaphat Marinho (PFL-BA), Emília Fernandes (PTB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR). Para ser promulgada, a emenda ainda terá de ser submetida a segundo turno, votação marcada para o dia 4 de junho.

Ao final dos debates, o relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), afirmou que ninguém terá de deixar o governo para se candidatar à reeleição (não pode haver terceira eleição). No entendimento de Francelino Pereira, se o Congresso adotasse a desincompatibilização



Francelino Pereira

dos atuais mandatários, "estariam plantando a semente de crises institucionais e de ruinoso descompasso na política e na administração".

O relator explicou que, com desincompatibilização, o presidente deixaria o governo. Seu sucessor legal (vice-presidente, presidente da Câmara, presidente do Senado e presidente do STF, nesta ordem) teria de renunciar ao respectivo cargo para assumir a Presidência da República. O mesmo aconteceria nos governos estaduais e nas prefeituras. Francelino questionou se aos sucessores haveria interesse em renunciar a seus cargos para ocupar a chefia do Executivo por tão pouco tempo.

- Mas os problemas da desincompatibilização dos elegíveis não parariam por aí. Imaginemos o presidente da República tendo de desincompatibilizar-se. Ele simplesmente se afastaria do comando administrativo por um período de nove meses: seis meses relativos ao prazo de desincompatibilização e três meses correspondentes ao período que vai das eleições até a posse. Não é difícil estimar os prejuízos decorrentes de uma descontinuidade administrativa e das incertezas que tomariam conta da economia - disse.

A emenda aprovada ontem estabelece ainda que as eleições em primeiro turno serão agora sempre no primeiro domingo de outubro (acaba o feriado do dia das eleições). O segundo turno, se houver, ocorrerá no último domingo de outubro. Ou seja, haverá sempre três semanas entre o primeiro e o segundo turno, nos casos em que ele seja realizado. O mandato do presidente continuará sendo de quatro anos e a posse acontecerá sempre no dia 1º de janeiro após as eleições.

Francelino prega leis rigorosas contra abusos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) contestou em parte a argumentação das oposições de que a reeleição sem desincompatibilização facilitará o uso da máquina administrativa por quem está no poder e se candidata a um segundo governo. "Há que considerar que a reeleição não é apenas uma chance de continuar no poder, mas a oportunidade que tem o administrador correto e competente de submeter-se a um novo julgamento popular."

O relator, no entanto, concorda que seria ingenuidade pensar que, apesar da plena liberdade de opinião e pluralismo político, e da constante vigilância da cidadania e da imprensa, "ainda assim não ocorrerem casos de abuso" na utilização da máquina pública por quem se candidatar a um segundo governo. Por isso, ele propôs que seja votada uma legislação rigorosa "que coíba as infrações eleitorais que desigualem os competidores". Informou que ele próprio está trabalhando em um projeto de lei com essa finalidade.

Ao explicar por que não aceitara emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que propunha a realização de um referendo para que os eleitores se manifestassem contra ou a favor da reeleição, Francelino disse que o Congresso teria de regulamentar antes o instituto do referendo. "Não há tempo hábil para que o referendo possa vigorar para as próximas eleições", afirmou.

Plenário rejeita alterações na proposta

Por 49 votos contra e 28 a favor, o plenário do Senado rejeitou ontem proposição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que previa a realização de um referendo popular à proposta de emenda constitucional (PEC) que institui a reeleição para os cargos executivos.

Após o resultado, o senador registrou que, conforme antecipara no encaminhamento da votação, votará contra a PEC no 2º turno. Simon votou a favor da re-



Pedro Simon

eleição, mas sob a condição de que o referendo fosse aprovado. Declarando-se deprimido e magoado, em protesto, ele retirou-se do plenário.

Em outra votação nominal, os senadores rejeitaram, por 53 votos contra, 22 favoráveis e duas abstenções, destaque



Lucídio Portella

para votação em separado de emenda apresentada pelo senador Lucídio Portella (PPB-PI) estabelecendo que governadores e prefeitos, para se candidatarem à reeleição, precisariam se desincompatibilizar dos respectivos cargos.

REELEIÇÃO

Investigação na Câmara domina debates

Senadores contrários à votação centraram argumentos nas questões da venda de votos, da desincompatibilização e do referendo. A maioria achou que o Senado tinha todo o direito de votar

Vinte senadores se manifestaram antes da votação da emenda. No geral, as oposições argumentaram que se deveria adiar a votação, por causa das investigações em andamento na Câmara, depois da denúncia de que deputados teriam vendido seus votos favoráveis à proposta da reeleição. Os partidos que sustentam o governo ponderaram que as investigações nada têm a ver com o Senado.

- O Senado tem todo o direito de votar a reeleição. E se alguém acha que o Senado está sob suspeição, se sabe de alguma compra de votos, deve fazê-lo agora. Quem não quer a reeleição não pode usar como pretexto o episódio da Câmara. Quem não quer a reeleição deve votar contra - desafiou o senador José Serra (PSDB-SP).

As manifestações começaram com Epitácio Cafeteira (PPB-MA) afirmando que a desincompatibilização de presidentes, governadores e prefeitos "é um imperativo ético-constitucional". Para ele, quem se candidata e ocupa o Executivo desequilibra as eleições, porque existem "mil maneiras ostensivas ou ocultas da corrupção atuar".

Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que o Senado deveria esperar o término das investigações da Câmara, "porque foi todo o Congresso maculado" pelas denúncias de compra de votos. Jádler Barbalho (PA), líder do PMDB, defendeu a reeleição, mas condenou o fato de os atuais ocupantes de cargos executivos conti-



Vinte senadores se manifestaram durante o debate de ontem sobre a emenda da reeleição

nuarem no posto até o dia das eleições. "Assistiremos a um festival de abusos de poder", disse.

REFORMA

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu requerimento de sua autoria para que a proposta fosse analisada antes pela comissão temporária do Senado que estuda a reforma político-partidária, sustentando que "o Congresso foi colocado contra a parede pela opinião pública". O requerimento foi rejeitado. Lauro Campos (PT-DF) manifestou opinião de que os atuais governadores "farão tudo" por sua recondução ao cargo.

Já o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) entendeu que prevaleceria artigo da lei de inelegibilidades que prevê desincompatibilização para governadores e prefeitos. Emília Fernandes (PTB-RS) também queria adiar a votação, ponderando que não se sabe até agora "se houve apenas corrupção isolada na Câmara". O mesmo ponto de vista foi apresentado por Benedita da Silva (PT-RJ) e Júnia Marise (PDT-MG).

Josaphat Marinho (PFL-BA)

lamentou que a emenda altere a tradição republicana brasileira contra a reeleição. "Nesse tempo todo, ninguém tentou revogar essa tradição." José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) contestou afirmações de que o presidente da República estaria desrespeitando a Constituição que ele jurou ao tomar posse. "Isso não existe. A própria Constituição diz que ela pode ser emendada. E o presidente tem de respeitar as emendas", frisou.

"CADAFALSO"

Júlio Campos (PFL-MT) sustentou que os senadores que pretendem se candidatar aos governos de seus estados estavam "subindo o cadafalso para cometer enforcamento político" votando pela reeleição. "Ninguém tem condições de derrotar um governador numa disputa para o próprio cargo de governador", opinou.

Geraldo Melo (PSDB-RN) discordou da afirmação de que governadores são imbatíveis numa reeleição. "No Rio Grande do Norte, desde 1945 todos os governadores não conseguiram eleger seus sucessores, exceto em apenas uma eleição." Sebastião Rocha (PDT-AP) pe-

diu que as lideranças governistas se comprometessem a apoiar a criação de uma CPI na Câmara para investigar as denúncias de compra de votos.

Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que "as pessoas que são contra a mudança constitucional apenas pensam na reeleição de quem vem administrando bem e, portanto, têm apoio do eleitorado". Marina Silva (PT-AC) acha que os

atuais dirigentes de Executivo "vão trabalhar pensando sempre em se reeleger".

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, leu declaração feita pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, em 1988, condenando a pressa do governo em votar, durante a Constituinte, o artigo sobre a duração do mandato presidencial. "Agora, no poder, Fernando Henrique faz aquilo que condenava."

Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que votar pela reeleição sem consultar o povo (referendo) "é um golpe, sem militares, dado pelo Congresso". Ademir Andrade (PSB-PA) perguntou se os deputados acusados de venda de voto, que renunciaram ontem pela manhã, "não teriam vendido também sua renúncia". Para ele, o Senado deveria esperar pelo resultado das investigações da Câmara, "porque até agora não houve sequer quebra de sigilo bancário dos acusados". Humberto Lucena (PMDB-PB) lembrou que o Congresso revisor quase aprovou a reeleição e defendeu a realização do referendo.



Ney Suassuna

Ney Suassuna elogia controle dos gastos do Executivo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou ontem relatório sobre os gastos do governo federal, divulgado pela Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda.

Ele afirmou que, devido à postura preventiva do documento do Ministério da Fazenda, observou-se uma queda significativa das irregularidades nos relatórios de auditoria de gestão, demonstrando que já é possível a correção oportuna de falhas.

Enquanto, em 1995, 12% dos certificados de auditoria apontaram a irregularidade das contas, em 1996 esse percentual caiu para 7%.

O documento preenche uma lacuna histórica de carência de dados que auxiliem o acompanhamento orçamentário das ações do governo - ressaltou.

Segundo Ney Suassuna, a secretária fez o acompanhamento de 114 programas de governo, correspondentes a R\$ 77,46 bilhões, excluindo apenas as verbas destinadas a Pessoal e Dívida, que são objeto de outras formas de controle.

Ney Suassuna destacou a fiscalização realizada nos estoques públicos de grãos. Segundo ele, verificou-se a perda de aproximadamente 556 mil toneladas devido às condições insatisfatórias de armazenamento e ao desvio de grãos.

Outra medida de grande impacto, acrescentou, foi a análise da folha de pagamento. Ele informou que a fiscalização das despesas com pessoal representou a análise de cerca de 564 mil contracheques, envolvendo 282 unidades pagadoras.

Iris Rezende se despede com profissão de fé no governo

Novo ministro da Justiça recebe homenagem em plenário e diz que o presidente da República "é um dos maiores homens do nosso tempo"

"Jamais assumiria uma função dessas se não acreditasse no chefe do governo, que é, na verdade, um dos maiores homens do nosso tempo, um homem que quer o melhor para o Brasil." A declaração foi feita ontem pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), ao despedir-se do Senado para assumir o cargo de ministro da Justiça.

Ele foi homenageado por mais de 20 dos senadores que se encontravam em plenário, entre eles, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que definiu a nomeação como uma homenagem aos méritos de Iris Rezende e ao Senado Federal.

Ao ser lembrado por Eduardo Suplicy (PT-SP) de que deixava o Legislativo "num momento significativo para os destinos da nação, quando se investiga a denúncia de que deputados venderam votos para aprovar a emenda da reeleição", Iris Rezende respondeu que o governo tem agido

exemplarmente nesse episódio. - Em nenhum momento, o presidente assumiu qualquer posição que tolhesse a Câmara dos Deputados na apuração

tureza. Sustentando que nunca fugiu dos desafios, ele fez um resumo de sua biografia de homem público, destacando o período em que teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos.

Segundo garantiu, o convite do presidente Fernando Henrique Cardoso representa não apenas uma consideração muito especial para com o PMDB, "que tem procurado dar respaldo à sua administração", mas também um gesto que incorpora o

Centro-Oeste ao governo. Iris Rezende anunciou que estará sempre no Senado, em busca do respaldo para as decisões que o novo cargo exigirá. Ele afirmou que o Judiciário brasileiro "não conta com elementos suficientes para realizar um trabalho à altura dos interesses da sociedade".



Iris Rezende: Centro-Oeste no governo

dos fatos, e a atuação da Comissão de Sindicância, criada para examinar o assunto, demonstra que aquela Casa não dá espaço a corruptos - disse o futuro ministro da Justiça.

Iris Rezende afirmou que aceitou o convite do governo por entender que nenhum homem público tem o direito de fugir a convocações dessa na-

Questão agrária é um dos desafios

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) - que hoje às 10h assume a Pasta da Justiça em solenidade no Palácio do Planalto - disse ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que só com o apoio do Congresso terá condições de dar as respostas que a sociedade espera, apesar da experiência que acumulou como prefeito de Goiânia, governador de Goiás por duas vezes e ministro da Agricultura.

De acordo com Iris, como ministro da Justiça, terá de buscar solução urgente para as questões ligadas à reforma agrária, ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Ter-

ra, ao desrespeito à propriedade, à crise do sistema carcerário e ao aprimoramento do arcabouço jurídico do país. Entre suas metas está a de dotar o Brasil de uma nova legislação, capaz de sintonizá-lo com as "profundas transformações experimentadas nos últimos anos pela sociedade".

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), disse que o presidente Fernando Henrique escolheu bem o novo ministro, mas registrou a lacuna que a saída de Iris Rezende deixará no Senado. Pedro Simon (PMDB-RS) asseverou que "as qualidades espirituais serão as mais necessárias, para enfrentar a força de uma mídia quase

sempre alheia aos nossos valores éticos".

Iris reconheceu o papel de ligação que o Ministério da Justiça deverá exercer entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Ele pediu a atenção e o acompanhamento dos senadores para seus atos à frente do ministério e manifestou sua satisfação ante a possibilidade de que o gabinete do ministro se transforme em uma continuação da CCJ, da qual foi presidente até o início deste ano. Associaram-se às homenagens Francelino Pereira (PFL-MG), Romeu Tuma (PFL-SP) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

CCJ aprova quebra do monopólio do petróleo

Parecer de Hugo Napoleão mantém termos da proposta votada pela Câmara. Matéria será apreciada pelas comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos antes de ir a plenário



O plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisou ontem extensa pauta

Continua hoje debate sobre Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje, extraordinariamente, às 10h, para debater a proposta de emenda constitucional que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição dos regimes previdenciários.

Participarão do debate o presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Anfip), Álvaro Solon de França; o presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), Nelson Pedro Rogieri; e o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Rui Brito de Oliveira Pedrosa.

Também às 10h, a Comissão Temporária do Desenvolvimento da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ouvirá exposição do superintendente da Sudam, José Guedes Tourinho, sobre os projetos que aquele órgão desenvolve na Amazônia.

Crise no sistema carcerário será discutida com secretários

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando o comparecimento à comissão dos secretários de Segurança Pública dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul para prestarem depoimentos sobre a atual crise do sistema carcerário do país.

De acordo com o requeri-

mento de Tuma, os presídios, "transformados em depósitos de presos que recebem um tratamento subumano", deixaram de cumprir sua função, que é a de recuperar os condenados para o convívio social.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que Romeu Tuma, na condição de ex-diretor da Polícia Federal, é um "profundo conhecedor da realidade carcerária do país".

Vai para a Câmara o projeto que previne sumiço de crianças

O Senado encaminhou ontem à Câmara dos Deputados projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga os hospitais e maternidades a copiar, num mesmo documento, as impressões digitais da mãe e as impressões dos pés de seu filho, logo após o nascimento.

A proposição, aprovada em caráter terminativo pela CCJ, pretende tornar obrigatória a apresentação do documento

com as impressões do bebê e da mãe, além do comunicado hospitalar, para o registro de nascimento da criança. "Essa é uma medida preventiva visando evitar o desaparecimento de menores", afirmou Marina.

O projeto estabelece ainda que os nascidos fora de maternidades poderão ter o registro de nascimento assentado sob testemunho qualificado de pelo menos duas pessoas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável apresentado pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) ao projeto que prevê a quebra do monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética. Ele manteve os termos em que a proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados. A matéria será apreciada ainda pelas comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos antes de ir a plenário.

Entre as inovações introduzidas pelo projeto, o relator destacou que a Petrobrás não será privatizada, pois permanecerá com a União 51% do capital votante da empresa. Segundo o parecer, quando a Petrobrás concorrer sem estar consorciada com outras empresas, em caso de empate, a estatal será a vencedora.

Napoleão também chamou a atenção para a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a quem caberá promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo.

No que se refere à participação estrangeira na exploração, no desenvolvimento e na produção do petróleo em território brasileiro, o parecer estabelece que essas empresas deverão apresentar o compromisso de constituir empresa segundo as leis brasileiras. Hugo Napoleão enfatiza que esse dispositivo atrairá investimentos.

A CCJ aprovou também parecer de Ramez Tebet (PMDB-MS) rejeitando emenda de plenário ao projeto de lei que dispõe sobre serviços notariais.



Napoleão

Apoio a município com programa de renda mínima

Comissão de Assuntos Sociais aprova substitutivo de Lúcio Alcântara a projeto que autoriza União a oferecer ajuda financeira a iniciativas associadas a ações sócio-educativas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto da Câmara dos Deputados que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem o programa de renda mínima associado a ações sócio-educativas.

A CAS rejeitou sete emendas ao projeto, apresentadas e defendidas pela senadora Marina Silva (PT-AC), que pretendia, segundo afirmou, adequar a proposição às idéias defendidas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor da primeira proposta sobre renda mínima. Segundo a senadora, as sugestões corrigiriam a inconsistência técnica na fórmula do cálculo do benefício e ampliariam a



Presidida por Ademir Andrade, a CAS rejeitou sete emendas ao substitutivo de Lúcio Alcântara

abrangência do programa. A matéria vai agora a votação em plenário.

A comissão aprovou ainda parecer favorável da senadora Marina Silva a projeto da Câmara que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) no distrito de Joaquim Egídio, em Campinas (SP). A maté-

ria também vai a votação em plenário.

FUNAI

Ao final da reunião, a CAS aprovou requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitando informações à Funai sobre a veracidade de notícias, veiculadas pela imprensa de Brasília, acerca dos

elevados gastos daquela fundação com a hospedagem de índios no Distrito Federal. O senador quer saber se há um convênio firmado nesse sentido; qual o montante de recursos despendidos; quantas pensões estão credenciadas, e se há débito do órgão com essas hospedarias.

Comissão estuda pedido de audiência sobre LDO

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar diversas matérias, entre elas requerimento do deputado João Fassarella

sugerindo que a comissão realize audiência pública para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1998 com representantes de órgãos federais. Do mesmo deputado, será analisado requerimento pedindo ao Minis-

tério dos Transportes que informe acerca dos recursos destinados à fiscalização das rodovias privatizadas.

A comissão apreciará também requerimentos dos deputados Sérgio Miranda, solictan-

do que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no Ministério dos Transportes, e Giovani Queiroz, sugerindo a criação da Subcomissão Temporária de Fiscalização e Controle.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E JOEL DE HOLLANDA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996) - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.